

Intervenção do secretário de Estado do Tesouro
na Assembleia da República

11 de janeiro de 2024

[Como preparado para ser proferido]

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhoras e Senhores Deputados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Coincidindo este debate com a fase final desta legislatura, subordinado ao tema “Estado e Empresas. O Papel do Estado e o Respeito pelo Contribuinte”, parece-nos relevante e importante iniciar a nossa intervenção por enquadrar e definir, de forma clara e objetiva, o que é o Setor Empresarial do Estado, o trabalho que temos vindo a desenvolver e, assim, demonstrar o respeito, não só pelo impacto do setor na vida dos contribuintes, mas também e sobretudo, na vida dos portugueses e portuguesas.

Senhoras e Senhores Deputados,

O Estado é acionista de um vasto número de empresas, nele se englobando as Entidades Públicas Empresariais (EPE), as sociedades comerciais integral e parcialmente detidas por si, bem como as empresas participadas.

Como estabelecido na nossa Constituição, incumbe prioritariamente ao Estado promover o aumento do bem-estar social e económico e a qualidade de vida, promover a igualdade de oportunidades, a justiça social e assegurar a plena utilização de forças produtivas, zelando pela eficiência do setor público.

As empresas que integram o Setor Empresarial do Estado, enquanto instrumentos de implementação de políticas públicas, desempenham um papel fundamental no cumprimento do interesse público, permitindo:

- garantir a provisão de determinados bens e serviços essenciais, mitigando impactos negativos para a sociedade;
- contribuir para a regulação de setores de atividade, por motivos estratégicos de funcionamento do mercado ou de segurança;
- assumir um papel de relevo na dinamização do tecido empresarial, independentemente da sua dimensão e esfera geográfica de atuação; e
- acautelar especiais deveres em matéria de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental.

O Setor Empresarial do Estado inclui empresas de diversos setores de atividade, destacando-se o setor da saúde que representa cerca de 30%, os transportes que somam 11%, e outros como o setor financeiro, infraestruturas, água, agricultura ou cultura. São mais de

140 empresas detidas diretamente e mais de 250 detidas indiretamente pelo Estado.

Feito este enquadramento, importa agora dar nota do desempenho económico e financeiro do Setor Empresarial do Estado, que:

- Empregava, em 2021, cerca de 156 mil trabalhadores, representando 3,2% do emprego nacional e 20% do emprego público. O Valor Acrescentado Bruto ascendia a 5.600 milhões de euros, ou seja, aproximadamente 2,6% do PIB nacional em 2021.

Tendo por base os Relatórios do Setor Empresarial do Estado elaborados pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), verifica-se uma melhoria nos principais indicadores:

- Em 2015, os resultados líquidos foram negativos em 453 milhões de euros e, em 2014, em 1.660 milhões de euros também negativos;
- Já em 2019, pela primeira vez em muitos anos, o Setor Empresarial do Estado conseguiu gerar resultados líquidos positivos, atingindo um valor de cerca de 188 milhões de euros;
- Em 2020, a pandemia trouxe grandes desafios para as empresas públicas, mas os anos de 2021 e 2022 já foram marcados por uma forte tendência de recuperação. O desempenho financeiro do Setor Empresarial do Estado tem

evoluído positivamente. O ano de 2023 foi para as empresas públicas um ano de consolidação no regresso à normalidade da sua atividade.

Isso mesmo mostram os dados, ainda que preliminares, do relatório do 3º Trimestre de 2023, também preparado pela UTAM:

- O volume de negócios cresceu cerca de 25%, passando de 8.300 milhões de euros em 2022 para cerca de 10 mil milhões de euros em setembro de 2023, um aumento de cerca de 2 mil milhões;
- Os resultados operacionais foram positivos, passando de 390 milhões de euros em 2022 para cerca de 1,6 mil milhões em setembro 2023, uma melhoria de cerca de 1,2 mil milhões de euros, ou seja, praticamente quadruplicaram;
- Os resultados líquidos são igualmente positivos, melhorando de 109 milhões de euros em setembro de 2022 para cerca de 400 milhões de euros em setembro de 2023, com uma variação positiva de aproximadamente 300 milhões de euros;
- O endividamento decresceu em 7%, passando de perto de 105 mil milhões de euros em setembro de 2022 para cerca de 97 mil milhões de euros em setembro de 2023, o que equivale a uma variação absoluta agregada negativa de sete mil milhões de euros;

Importa dar nota de que esta evolução económica e financeira tem vindo a ser sustentada num modelo de governação do Setor Empresarial do Estado que se encontra em linha com os princípios e as boas práticas internacionais de gestão das empresas públicas, seguindo as diretrizes emanadas pela OCDE, conforme foi referido pelo Conselho de Finanças Públicas.

Senhoras e Senhores Deputados,

Os últimos anos foram atípicos para a generalidade das empresas do Setor Empresarial do Estado, fruto da situação conjuntural determinada pela pandemia, mas também pelos efeitos da atual crise geopolítica internacional e crise inflacionista, com impacto orçamental relevante.

Não obstante o atual contexto foi possível:

- Melhorar o desempenho e os resultados económicos e financeiros das empresas;
- Reforçar o investimento e, em simultâneo, reduzir sucessivamente o endividamento;
- Promover valorizações remuneratórias, com impacto nos salários, progressões e aumento do subsídio de refeição. Em 2023 foi autorizado o aumento anualizado global da massa salarial até 6,1%, e, já para 2024, até 5%.

- Foram dadas orientações aos serviços do Ministério das Finanças para divulgar mais e melhor informação acerca do Setor Empresarial do Estado, com maior periodicidade e qualidade, promovendo-se assim uma maior transparência;
- Procedemos ao aperfeiçoamento e desburocratização de processos, com destaque na aprovação de Planos de Atividades e Orçamento, sem comprometer o rigor da análise. Neste ponto gostaria de sublinhar que:
 - Em 2023, foi aprovado o maior número de Planos de Atividade e Orçamento (PAO) de sempre, com mais 110 relatórios aprovados;
 - Foram aprovados, pela primeira vez, todos os PAO das empresas da saúde, sendo que alguns nunca tinham sido aprovados;
- Procedemos a fusões e reestruturações de empresas e encontram-se em curso outros processos de reorganização empresarial, praticamente concluídos, embora suspensos, em virtude do atual contexto de gestão.
- Reestruturámos o setor da cultura, da gestão do património do Estado, ou ainda o setor da saúde com a criação de 31 novas Unidades Locais de Saúde, procurando, neste âmbito, flexibilizar os instrumentos de gestão e valorizar o papel do diretor executivo do SNS;

- Iniciamos o processo de reestruturação da Direção-geral de Tesouro e Finanças, com o objetivo de simplificar processos e apostar na modernização e transformação tecnológica desta Direção-geral:
 - Já se encontra em operação um novo sistema integrado de reporte, que vem diminuir o número de interações realizado por parte das empresas, promovendo a integração de dados entre sistemas e incorporando um conjunto de mecanismos automatizados de controlo da qualidade dos dados recolhidos;
 - Está em curso a preparação de novo site e nova imagem;
 - Temos em definição outras medidas de reestruturação da DGTF, mas que ficaram condicionadas, face ao contexto de gestão em que nos encontramos.

- Pretendíamos estabelecer novas linhas orientadoras às empresas públicas para se proceder ao alargamento da exigência de demonstração não-financeira, isto é, dar-se maior relevância aos fatores socioeconómicos e ambientais na sua avaliação de desempenho, valorizando o crescimento sustentável; em linha, sempre que possível, com o definido nos objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e com a Agenda 2030.

Concluindo,

O tema deste debate é “Estado e Empresas. O Papel do Estado e o Respeito pelo Contribuinte”.

A verdade dos factos, senhoras e senhores deputados, é a seguinte:

1. Em termos globais, as empresas públicas têm vindo a evidenciar e a consolidar um desempenho económico e financeiro positivo, cumprindo importantes e relevantes funções sociais, algumas delas consagradas na Constituição da República Portuguesa;
2. Estes resultados foram alcançados dentro do desenvolvimento de uma política de contas certas e de redução sustentada da dívida pública;
 - Desde 2020, o rácio da Dívida Pública / PIB reduziu-se de 134% para cerca de 100% em 2023, antecipando em cerca de dois anos o previsto no último Programa de Estabilidade.
 - Em 2023, Portugal deixou de pertencer ao clube dos países mais endividados, apresentando agora um rácio da Dívida Pública / PIB inferior ao de países como Espanha, Bélgica e França.
3. Fruto desta política, o *rating* da nossa dívida tem subido consistentemente e de forma sólida, o que reforça a nossa credibilidade internacional, com reflexos positivos na vida das portuguesas e dos portugueses, enquanto desoneramos as gerações futuras;

Isto são factos, senhoras e senhores deputados, que nos permitem afirmar com confiança e determinação que a nossa política reflete o respeito e a consideração que temos pelos contribuintes.

Sabemos e reconhecemos que existem desafios e que há e haverá sempre muito a desenvolver, mas também soubemos e sabemos a direção e o caminho a trilhar, sempre no respeito e consideração pelos contribuintes, mas acima de tudo pelos portugueses que exigem, legitimamente, maior oferta e acesso a mais e melhores serviços públicos.

Muito obrigado pela vossa atenção. Estamos à vossa disposição.